

TERRITÓRIO EM DISPUTA: A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AGROEXTRATIVISTA NO PAE PRAIALTA PIRANHEIRA, NOVA IPIXUNA-PA

TERRITORY IN DISPUTE: THE IMPORTANCE OF VALUEING AGROEXTRACTIVE IDENTITY IN PAE PRAI ALTA PIRANHEIRA, NOVA IPIXUNA-PA

Jamile Ester Lopes da Silva ¹

Ariel Medrado Barros²

Área Temática III: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos
Tradicionais
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a descaracterização do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praialta Piranheira, localizado no município de Nova Ipixuna (PA), e discutir caminhos para a manutenção e o fortalecimento de sua identidade como assentamento ambientalmente diferenciado. Inserido no contexto das políticas públicas de reforma agrária, o PAE foi concebido para promover o uso sustentável dos recursos naturais por meio do extrativismo e da agricultura familiar. A pesquisa utilizou como metodologia a revisão sistemática de literatura em plataformas indexadas, observação participante com base na vivência no assentamento e entrevista semiestruturada com liderança local. Os resultados evidenciam que práticas produtivas alheias ao modelo agroextrativista, como a pecuária extensiva, têm comprometido a função social e ambiental do assentamento, provocando a erosão de saberes e identidades tradicionais. Conclui-se que a preservação do PAE como território sustentável depende da articulação entre políticas públicas específicas, ações de educação ambiental contínua e fortalecimento das organizações sociais locais.

Palavras-Chave: Reforma agrária. Extrativismo. Assentamento. Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This article aims to analyze the factors that contribute to the loss of character of the Praialta Piranheira Agroextractive Settlement Project (PAE), located in the municipality of Nova Ipixuna (PA), and discuss ways to maintain and strengthen its identity as an environmentally distinct settlement. Inserted in the context of public agrarian reform policies, the PAE was designed to promote the sustainable use of

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, jamileester.silva@unifesspa.edu.br

² Instituto Federal do Pará-Castanhal; arielmedrado@gmail.com

natural resources through extractivism and family farming. The research used as methodology a systematic review of literature in indexed platforms, participant observation based on the experience in the settlement and semi-structured interviews with local leaders. The results show that productive practices unrelated to the agroextractive model, such as extensive livestock farming, have compromised the social and environmental function of the settlement, causing the erosion of traditional knowledge and identities. It is concluded that the preservation of the PAE as a sustainable territory depends on the articulation between specific public policies, ongoing environmental education actions and the strengthening of local social organizations.

Key words: Agrarian reform. Extractivism. Settlement. Sustainable Development.

1. Introdução

A Amazônia brasileira tem sido, nas últimas décadas, cenário de intensas disputas territoriais, marcadas por interesses frequentemente conflitantes entre a conservação ambiental, a justiça social e a exploração econômica dos recursos naturais; impulsionados por políticas estatais como a que se materializou no lema “Integrar para não entregar”. Essa diretriz política inaugurou um processo de ocupação forçada da Amazônia, frequentemente marcado pela expropriação de territórios tradicionais e pelo avanço de modelos produtivos exógenos e predatórios. (Araujo, 2015)

Nesse contexto, emergiram políticas públicas como a reforma agrária e os Projetos de Assentamento, impulsionados por pressões sociais com o objetivo de atenuar os conflitos fundiários, assegurar o direito à terra a populações historicamente marginalizadas e promover condições mínimas de bem-estar social aos trabalhadores rurais. A partir dessa conjuntura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passou a criar e reconhecer diferentes modalidades de assentamentos, adequadas às especificidades socioeconômicas e ambientais de cada região. Dentre essas modalidades, destaca-se o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), que se diferencia por sua proposta de conciliar a permanência das populações tradicionais no território com práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais, tendo o extrativismo e a agricultura familiar como eixos estruturantes de sua lógica produtiva.

Diante da proposta de conciliar a permanência das populações tradicionais – ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas- no território como práticas sustentáveis, foi criado em 1997 no município de Nova Ipixuna – PA, o PAE Praiaalta Piranheira, esta modalidade foi escolhida pois possuía um histórico comunitário de exploração extrativista e uma expressiva cobertura vegetal nativa. No entanto, como apontam Thomas, Almeida e Pinheiro (2019), a consolidação de PAEs como projetos ambientalmente diferenciados exige mais do que critérios fundiários; demanda reconhecimento e fortalecimento das práticas socioeconômicas sustentáveis próprias das populações locais.

A implementação do PAE Praiaalta Piranheira, embora respaldada por marcos legais como o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e a Portaria INCRA nº 268/1996, enfrenta desafios estruturais que ameaçam sua identidade original. Como observa De Sales (2008), a proposta da reforma agrária brasileira, mesmo em sua versão institucionalizada, muitas vezes se mostra distante das realidades socioculturais dos beneficiários, resultando em tensionamentos entre a política formal e a prática cotidiana. A inserção de famílias oriundas de contextos produtivos distintos, especialmente ligados à pecuária extensiva, tem conduzido à descaracterização do modelo agroextrativista, comprometendo os objetivos de conservação sociobiológica e uso sustentável dos recursos naturais (Simoni, 2010).

Essa erosão identitária, segundo Almeida (2004), está intimamente relacionada aos processos de territorialização e à luta dos movimentos sociais por reconhecimento e manutenção dos modos de vida tradicionais. Nesse contexto, o papel de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Nova Ipixuna torna-se central, atuando como mediadores e promotores da agroecologia e da valorização da sociobiodiversidade local. No entanto, a persistência de resistências culturais e econômicas internas ao próprio assentamento evidencia a complexidade do desafio: manter a identidade do PAE Praiaalta Piranheira como território agroextrativista requer a articulação contínua entre políticas públicas, educação ambiental e fortalecimento das organizações sociais de base. O presente artigo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a descaracterização do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praiaalta Piranheira e discutir caminhos para a manutenção e o fortalecimento de sua identidade como assentamento

ambientalmente diferenciado, de modo a assegurar sua função social e os princípios que fundamentaram sua criação.

2. Metodologia

A criação do PAE Praialta Piranheira em Nova Ipixuna, foi justificada por apresentar uma cobertura vegetal expressiva, composta por árvores de Castanha do Brasil, açaí e cupuaçu, que já eram utilizados pelas famílias que já faziam uso da terra como fonte de alimento e renda, há décadas, antes da criação do PAE. Criado com uma perspectiva de gestão diferenciada dos demais assentamentos federais criados, por possuir características para determinada modalidade. (Araujo,2015)

O Projeto de Assentamento PAE Praialta Piranheira, situa-se no município de Nova Ipixuna, microrregião de Tucuruí, Sudeste do Pará, entre as coordenadas 04°43'55" a 04°58'11" de latitude sul e 49°14'02" a 49°25'21" de longitude oeste de Greenwich (MENEZES, 2002).

A distância da sede do Município de Nova Ipixuna até a cidade de Marabá é de 45 km e para a Capital do Estado, Cidade de Belém, é de 480 km. Sendo seu acesso ao município feito pela Rodovia PA – 150, no km 36 sentindo Marabá – Belém (Oliveira, 2008).

A metodologia deste estudo integrou três abordagens complementares: revisão sistemática em plataformas indexadas (Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES), observação participante fundamentada na posicionalidade como filha de assentados do PAE Praialta Piranheira - cuja a produção socioeconômica está ancorada no extrativismo e agroextrativismo -, e uma entrevista semiestruturada com liderança do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Ipixuna (STTR), conduzida mediante protocolo ético com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

3. Resultados/Discussões

A reforma agrária configura-se como uma política pública voltada ao desenvolvimento social igualitário, mediante a redistribuição de terras e a democratização do acesso à propriedade rural, visando superar uma estrutura fundiária historicamente concentrada e desigual. A institucionalização desta política começou a ser debatida no final dos anos 1950, impulsionada por pressões de movimentos sociais que lutavam pelo direito igualitário à terra. Essa política é amparada pelo Estatuto da Terra (Lei nº4.504/1964), que visa amparar e fortalecer as classes sociais que são beneficiadas por esta lei.

Segundo De Sales (2008) o Estatuto da Terra seria um instrumento legal para efetiva realização da reforma agrária livre dos radicalismos, de forma que atendesse as reais aspirações dos trabalhadores rurais, em um conjunto de medidas que, a partir da modificação do regime de posse e uso da terra, promovendo assim a justiça social no campo, aumentando o bem-estar das famílias e desenvolvimento econômico nacional, além de corrigir desigualdades históricas acumuladas.

Diante da necessidade de aprimorar a regularização fundiária, foi criado em 1970 o Decreto-Lei nº 1.110, que instituiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Esta mesma instituição é, desde então, responsável pela execução de políticas como: a política de reforma agrária; e políticas que oferecem acesso a fomentos para permanência e desenvolvimento sustentável. Por ser a instituição que realiza a identificação de possíveis terras para desapropriação, o INCRA criou diversos e reconheceu diversos tipos e categorias de projetos de assentamentos. (Incrá, 2020)

“Os assentamentos são caracterizados como unidades agrícolas, distribuídas pelo Incra em parcelas ou lotes. Essas unidades agrícolas são agrupadas em dois grupos; I - os criados por meio de obtenção de terras **pelo Incra**, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), que incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS); II - os implantados por instituições governamentais

e **reconhecidos** pelo Inkra para acesso a algumas políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. (INCRA,2020)

Dentre as modalidades de projetos de assentamento reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), que se configura como um modelo ambientalmente diferenciado. Seus objetivos específicos são definidos em sua concepção conforme a Portaria INCRA nº 268, de 23 de outubro de 1996, que visa regular e fomentar o manejo sustentável dos recursos naturais. Conforme Thomas, Almeida e Pinheiro (2019), o assentamento ambientalmente diferenciado como uma das principais características destina-se a populações tradicionais cuja atividade central é o extrativismo – como a pesca fluvial e o extrativismo vegetal (coleta de frutos e extração de óleos) –, aliado a práticas sustentáveis de uso da terra que fortalecem a agricultura familiar.

Como modelo de assentamento ambientalmente diferenciado, o Projeto Agroextrativista (PAE) distingue-se dos convencionais por fortalecer sustentavelmente o extrativismo e a agricultura familiar. Nesse contexto, em 1997 foi criado no município de Nova Ipixuna – microrregião de Tucuruí - o PAE Praialta Piranheira no sudeste paraense, com 22.000 hectares. Sua implantação decorreu de pressões sociais, cobertura vegetal expressiva e do histórico de exploração da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), cuja coleta organizada constituía atividade econômica central na área. Contudo, ao longo do tempo, o assentamento sofreu transformações devido à migração de famílias com práticas produtivas distintas – oriundas de regiões onde predominava a pecuária extensiva em detrimento do extrativismo. Esse fluxo migratório resultou na descaracterização progressiva do modelo extrativista original e da paisagem.

A descaracterização progressiva ameaça a conformidade do PAE com as normativas de sua criação, transformando-se em pauta central nos debates sobre a reconfiguração territorial –onde o território é entendido como a relação da identidade entre comunidade e o espaço. Nesse processo, os assentados presenciam a subjugação de suas identidades tradicionais vinculadas ao território, com a adoção de práticas culturais alheias ao modo de vida originalmente idealizado.

“Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos

de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais uma de suas expressões maiores, conhecem desde 1988-1989 certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, critérios ecológicos e critérios de gênero e de autodefinição coletiva que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e amaneira convencional de organização e de encaminhamento de demandas aos poderes públicos.” (ALMEIDA, 2004, p. 9)

Diante da diluição identitária do território – pauta central para movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna –, a CPT atua no fomento ao extrativismo sustentável e à agricultura familiar mediante a utilização de métodos agroecológicos. O Sindicato, presente desde a criação do PAE, apoia as comunidades locais como interlocutor político entre os assentados e instituições parceiras, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), que desenvolve tecnologias adaptadas ao desenvolvimento sustentável como manejo sustentável de açazais nativos. Essas entidades sociais foram e são fundamentais para conservação das identidades tradicionais em processo de erosão cultural, devido a expansão da pecuária e da agricultura de grande escala.

Segundo Simoni (2010) a sustentabilidade na Amazônia enfrenta dilemas em relação ao modelo predatório de exploração adotada pelo homem como a expansão da pecuária, agricultura em grande escala, desmatamento, mineração e a retirada ilegal de madeiras para comercialização; em vista que estas práticas ameaçam a conservação sociobiológica. Configurando assim um cenário diametralmente oposto ao extrativismo sustentável, onde as famílias que o praticam compreendem a floresta como um sistema integrado, onde se faz necessário o uso de práticas sustentáveis para extração de recursos naturais. Sendo considerada uma das atividades modelos em relação ações de desenvolvimento sustentável. Sendo assim, manter e fortalecer a identidade do PAE - Praia Alta Piranha de forma que ele consiga manter a sua função social de assentamento ambientalmente diferenciado se mostra um complexo desafio.

Araujo (2015), argumenta que o PAE Praia Alta Piranha apesar de ter várias características interessantes, como aspectos ambientais para uma consolidação efetiva, porém

devido ao choque entre o modelo agroextrativista projetado e o perfil socioproductivo das famílias sem histórico extrativista, a consolidação se torna um tanto inviável. Essa dissonância agravou-se pela dinâmica fundiária observada: mesmo criado a partir de um histórico extrativista, a venda de lotes a migrantes de outras regiões alterou radicalmente a composição sociocultural do assentamento.

Em entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna, constatou-se que persistem dois desafios interligados no PAE Praia Alta Piranha: a desconfiança crônica dos moradores em organizações sociais – mesmo após anos atuação sindical – e a resistência à adoção de práticas sustentáveis.

Segundo a dirigente, a adesão às práticas sustentáveis divide-se conforme o perfil produtivo: os assentados vinculados ao extrativismo e agroextrativismo as incorporam, enquanto a parcela dependente da pecuária resiste ativamente. Essa oposição deriva da hegemonia cultural pecuarista, que se consolidou como modelo mental dominante, gerando um conflito entre o discurso conservacionista e os *habitus* produtivos internalizados.

Diante da resistência de uma parcela significativa dos moradores do PAE à adoção de práticas sustentáveis - conforme relatado pela presidente do STTR - torna-se necessário a implementação processos contínuos de sensibilização e educação ambiental fundamentais para transpor barreiras culturais profundamente enraizadas, cuja persistência é reforçada por fatores econômicos estruturais - como as flutuações do mercado, liberação crédito para o financiamento destas atividades.

Persiste igualmente a necessidade de fortalecer o agroextrativismo e o extrativismo, atividades reconhecidamente sustentáveis e que caracterizam o PAE como um projeto de assentamento ambientalmente diferenciado; segundo Simone (2010) este setor ainda carece de políticas públicas que direcione ações governamentais e reconhecimento sobre a sua importância em relação ao conservacionismo da sociobiodiversidade, umas das formas de reconhecer e fortalecer as famílias que praticam estas atividade e são por intermédio da valorização de seus produtos .

4. Considerações Finais ou Conclusão

Conforme a análise do Projeto de Assentamento Extrativista Praia Alta Piranha evidencia os desafios estruturais enfrentados pelos assentamentos ambientalmente diferenciados na Amazônia. Criado com o objetivo de promover práticas sustentáveis baseadas no extrativismo e na agricultura familiar, o PAE tem passado por um processo de descaracterização causado, principalmente, pela introdução de modelos produtivos incompatíveis com sua proposta original. A migração de famílias com perfil socioprodutivo distinto, associado à predominância da pecuária extensiva, contribuiu para o enfraquecimento das identidades tradicionais e para a ruptura com os princípios que fundamentaram sua criação.

A persistência desse cenário demonstra que a efetivação da função social dos assentamentos extrativistas exige mais do que normativas legais. É necessário garantir condições políticas, técnicas e institucionais para que os assentados possam desenvolver práticas produtivas sustentáveis de forma contínua, articuladas ao reconhecimento do território como espaço de identidade coletiva e de conservação da sociobiodiversidade. A experiência do PAE Praia Alta Piranha aponta, portanto, a importância da integração entre políticas públicas, mobilização social e respeito às especificidades territoriais para a consolidação de modelos de reforma agrária compatíveis com os desafios amazônicos.

Diante dos aspectos analisados, torna-se claro, que todo território, é um território em disputa, se faz necessário ressaltar a importância da educação ambiental e conscientização, para fortalecimento da proposta de PAE.

Recomenda-se a necessidade da ampliação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas do extrativismo, com foco na valorização dos produtos florestais não madeireiros e no acesso a crédito diferenciado. A implementação de programas contínuos de educação ambiental e capacitação técnica se mostra fundamental para fomentar a transição agroecológica e superar resistências culturais às práticas sustentáveis. Além disso, é necessário intensificar o apoio institucional às organizações sociais que atuam nos territórios, como forma de fortalecer os processos participativos e garantir a preservação da função socioambiental dos Projetos de Assentamento Extrativista, em conformidade com os marcos legais que os regem.

5. Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento (FAPED) pelo suporte financeiro concedido por meio da bolsa vinculada ao Projeto Inaugural do Programa Nacional Florestas Produtivas, coordenado pela Embrapa, que tornou possível a realização desta pesquisa. Expresso também minha sincera gratidão à comunidade em que cresci, fonte de vivências e saberes que fundamentaram este trabalho. Agradeço especialmente ao Ariel Medrado Barros, pelo incentivo e contribuições ao longo da confecção deste artigo. Reconheço e valorizo o apoio e a disponibilidade da liderança do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Ipixuna (STTR), cuja atuação tem sido fundamental para o fortalecimento das práticas sustentáveis no território. Por fim, agradeço profundamente à minha família, pelo apoio incondicional, pela confiança e por acreditarem na importância desta caminhada.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9-21, maio 2004. DOI: 10.22296/2317-1529.2004v6n1p9.

ARAÚJO, Claudionisio de Souza. *Reforma agrária e sustentabilidade: impactos de 16 anos de criação do PAE Praia Alta Piranha na busca de agroecossistemas sustentáveis, no município de Nova Ipixuna, Pará*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2015.

ARAÚJO, Claudionisio de Souza et al. Caracterização de açazal nativo no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, Sudeste do Pará. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. *Estatuto da terra: origem e (des) caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares*. 2008.

DE SOUSA COELHO, Nádia Cylene et al. Panorama sócio-econômico da localidade Piranha no Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranha, Nova Ipixuna-Pará. *Cadernos de Agroecologia* [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 6, n. 2, 2011.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *A Política de Reforma Agrária*. Brasília: INCRA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: INCRA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MENEZES, A. J. E. A. de. *Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praialta e Piranha, Município de Nova Ipixuna, Pará*. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará / Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2002.

OLIVEIRA, M. G. *Manejo Florestal Comunitário da Andiroba (Carapa guianensis, Aublet): Integrando o Conhecimento Local à Pesquisa-ação no Sudeste do Pará*. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) – Universidade Federal do Pará – Campus de Marabá, Marabá, 2008.

PEREIRA, C. M. de S.; ASSIS, W. S.; ARAÚJO, C. S. O manejo da Andiroba e a contribuição para a preservação ambiental: o caso do Grupo de Trabalhadoras Artesanais e Extrativistas (GTAE) do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praialta Piranha (PAE)-PA. *Agroecologia*, v. 10, n. 3, p. 1-7, 2015.

SIMONI, Jane. A revitalização do extrativismo: práticas de economia solidária e sustentabilidade. *Mercado de Trabalho*, [S. l.], n. 42, p. 49-53, fev. 2010.

THOMAS, Shaji; ALMEIDA, Oriana; PINHEIRO, Elysângela Sousa. *Projeto agroextrativista e gestão participativa dos recursos comuns na várzea amazônica*. Belém: GAPTA/NUMA/UFPA, 2019.